A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES FLEXIBILIZADAS NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Luzanira Augusta de Lima 9
Joana Correa Goulart 10

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a importância das atividades flexibilizadas para o desenvolvimento de alunos com deficiência, na perspectiva da inclusão escolar, voltada especialmente para o ensino especial, visando conhecer as teorias estudadas e metodologias utilizadas na concepção desenvolvidas em sala de aula no Atendimento Educacional Especializado (AEE), numa Escola Municipal de Quirinópolis-GO. A análise da prática pedagógica por meio das tarefas flexibilizadas, na qual professores atuam em classe regular e no atendimento educacional especializado a alunos com deficiência. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e roteiro de entrevista, sob a modalidade de estudo de caso. Foram feitas entrevistas com professores regentes e professores de apoio das salas de aula com alunos com deficiência. Constatou-se que aspectos importantes como relações interpessoais são bem trabalhadas através das tarefas flexibilizadas, bem como o respeito e a função do professor que promova não só a inclusão educacional, mas também a inclusão social. E avaliar contextualizando e recriando o currículo, através de intervenções didáticas diferenciadas no intuito de fomentar as várias aprendizagens, possibilitando.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Inclusão; Aprendizagem; Tarefas flexibilizadas.

⁹ Acadêmico (a) do Curso de Pós-graduação em Docência e Inovação na Educação Básica pela UEG.

¹⁰ Professor Orientador, docente efetivo da Universidade Estadual de Goiás, Campus Quirinópolis.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é polêmica, necessária e ganha corpo à medida que, por força da lei, os sistemas de ensino estão inserindo um número cada vez maior de alunos antes considerados clientela do ensino especial.

A Inclusão de pessoas com deficiência no Brasil é baseada em vários documentos, leis, declarações que dão embasamentos legais para sua inclusão. A legislação brasileira garante direito à educação, de acordo com os princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo como objetivos o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. No inciso

1º é considerado o público alvo da Educação Especial às pessoas com Transtornos Globais do Desenvolvimento, com Altas Habilidades e Superdotação.

A inclusão do aluno com deficiência é garantida por lei. No entanto, para que ele tenha um ensino de qualidade, atendimento especializado e frequente à sala de aula, a escola deve adaptar-se tanto na estrutura física quanto pedagógica, para atender a este aluno. Neste sentido, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular requer uma mudança de paradigmas e a diversificação do processo de ensino e aprendizagem, levando-se em consideração as especificidades do aluno com deficiência.

A valorização da diversidade de cada indivíduo é a marca de uma educação que busca a inclusão de todos os envolvidos no processo de educação. Diante das diversidades encontradas no ambiente escolar, é necessária a padronização de processos disciplinares que busquem compactuar-se o aprendizado de todos dentro das escolas. O objetivo não é igualar as diferenças, mas enaltecer e legitimar cada estereótipo.

Existem barreiras que precisam ser debatidas cada vez mais para que ocorra uma tentativa de mudança. Encontra-se hoje, nas escolas regulares, uma resistência muito grande dos profissionais do ensino em relação ao modo como trabalham. Apesar das dificuldades serem muitas, existe uma tendência positiva para as políticas educacionais que propõem ações inclusivas no universo das práticas pedagógicas.

As barreiras encontradas para a realização da educação inclusiva são diversas, desde professores despreparados às salas lotadas, escolas com infraestrutura inadequada e não adaptadas às diversas limitações, pais que não se

sentem à vontade de seus filhos estudarem em escolas pluralizadas, além de práticas e políticas pedagógicas que não corroboram para um ambiente respeitoso, interativo e inclusivo.

O professor que busca desenvolver um trabalho de inclusão no ambiente escolar necessita de subsídios que o estimule na prática inclusiva, é grande a necessidade de uma formação voltada para tal prática, para que haja um incentivo na valorização das diferenças. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a importância das atividades flexibilizadas na perspectiva da inclusão escolar.

Tomando como base uma revisão literária sobre o assunto, em particular que abordam a respeito da inclusão escolar de crianças com deficiência, os desafios das instituições de ensino regular, professores e pais em incluir alunos especiais e como trabalhar com a diversidade não só no contexto da sala de aula, mas em todo o âmbito escolar.

Justifica-se a pesquisa quanto ao trabalhado do professor de apoio, uma vez que existe uma interação entre escola/família/Atendimento Educacional Especializado/professor regente/professor de apoio e o aprendiz na identificação dos avanços e das barreiras, que apresentam e investigam as tarefas flexibilizadas nas questões em sala de aula. Essa é a proposta para pesquisar e conhecer melhor os desafios da educação inclusiva, com atividades flexibilizadas em sala de aula, por escolas que incluem realmente e não simplesmente inserem.

Sabe-se que por meio das tarefas flexibilizadas o professor de apoio passa a conhecer os avanços e as dificuldades em que se encontra o aprendiz com necessidades educacionais especiais, tornando-se então importante as pesquisas em temas que auxiliam a construção de um ambiente que seja capaz de receber bem a qualquer indivíduo nas suas diferenças.

Para o desenvolvimento deste trabalho, apresentou-se como problema a ser estudado qual a importância das atividades flexibilizadas para a aprendizagem de alunos com deficiência na escola regular.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para o estudo de fundamentação teórica do trabalho. Inicialmente foram realizadas leituras, em seguida análise do material bibliográfico sobre o tema a partir de livros e artigos o que possibilitaram o acesso e a análise de informações relevantes para a reflexão sobre o tema abordado, melhorando a percepção do tema pesquisado (LAKATOS; MARCONI, 2009). A esse respeito Medeiros (2009, p. 38) afirma que a pesquisa bibliográfica exige pensamento reflexivo e tratamento científico “não se resume na busca da verdade; aprofunda-se na procura de resposta para todos os porquês envolvidos pela pesquisa”.

Trata-se também de pesquisa qualitativa descritiva, pois os dados serão compreendidos e interpretados a partir dos teóricos que tratam sobre o tema e sua relação com a realidade vivida na sala de aula. Teixeira (2001, p.137) explica que na pesquisa qualitativa o pesquisador procura “reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela descrição e interpretação”.

Adotou-se o Estudo de Caso, por tratar-se de um método de pesquisa que visa à coleta de informações sobre casos particularizados, investigando fenômenos contemporâneos como o tema desta pesquisa. Foi feita uma análise dos fenômenos da inclusão, para maior compreensão da importância das atividades flexibilizadas para o desenvolvimento cognitivo do aprendiz especial.

1 INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

Para entender a importância das atividades flexibilizadas, é necessário atentar para o significado de integração e inclusão. Existe uma confusão semântica entre “inclusão” e “integração”, o que se considera necessário recuperar seu significado original, já que a inclusão é a abordagem que melhor se adequa aos propósitos de uma educação especial.

Integração requer adaptação a um sistema educacional, em que os alunos com deficiências são educados em um programa de educação especial. Os Alunos com deficiência que são colocados em ambientes de ensino regular com algumas adaptações e recursos, mas, com a condição de que o aprendiz com dificuldade de aprendizagem pode mais facilmente adaptar-se às estruturas deste ambiente escolar e melhorar a aprendizagem desta criança com deficiência.

Nos anos 1990, um movimento denominado “International Inclusion” e a promulgação da Declaração de Salamanca (1994) provocaram grande debate conceitual e metodológico sobre a educação formal oferecida às pessoas com deficiências. A Declaração de Salamanca impulsionou de forma significativa a inclusão educacional de pessoas com deficiências, promovendo e garantido espaços de discussão imprescindíveis, para que governos dos mais diferentes países pudessem compreender a diversidade e promover os meios de garantir o acesso de tais pessoas em todas as esferas sociais.

A Declaração de Salamanca recomenda que as escolas se ajustem às necessidades dos alunos quaisquer que sejam suas físicas, sociais e lingüística, incluindo aqueles que vivem nas ruas, as que trabalham, as nômades, as de minorias étnicas, culturais e sociais, além das que vivem à margem da sociedade (WERNECK, 1997, p.50).

Assim, obtendo o apoio de organizações, de docentes aos temas relacionados com a melhoria da formação de professores com relação às necessidades educacionais especiais. O princípio fundamental é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, no contexto, a expressão “necessidades educativas especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem.

Ao analisar a legislação brasileira, compreende-se a modalidade de educação especial como:

Um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (RESOLUÇÃO CNE/CEB N. 02/2001).

Em 1994 a Política Nacional de Educação Especial (MEC) conceitua esta integração educativa escolar como:

Processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades do educando. Processo de educar, ensinar, no mesmo grupo as crianças com necessidades educativas especiais, durante uma parte ou a totalidade do tempo de permanência na escola (PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – DEFICIÊNCIA VISUAL, 2001, p. 144).

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º. 25 O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Para entender ainda mais o que aqui está sendo colocado, deve-se enfatizar a normalização. Assim, apoiando-se no documento da Política Nacional de Inclusão, precisamente na questão da Revisão Conceitual, Normalização é:

Princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou

seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade (BRASIL, 1994, p.22).

Neste sentido, a inclusão é a fusão real entre educação especial e educação regular com a crença de que todas as crianças são diferentes, aprenderão de forma diferente e devem ter acesso total ao mesmo currículo. Não se espera que os alunos com deficiência se ajustem a uma estrutura educacional fixa. Em vez disso, a estrutura é ajustada para que todos os estilos de aprendizagem possam ser atendidos e as barreiras à aprendizagem sejam removidas para permitir que cada aluno participe plenamente do currículo e se sinta igualmente valorizado.

2 O PROFESSOR NO APOIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Compreende-se que o educador tem um papel essencial no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, no qual o educador cria laços afetivos com a criança, exercendo influências em seu desenvolvimento. Acredita-se que na relação afetiva do aluno com o professor, ocorrem melhorias significativas em sua aprendizagem e em sua socialização. Para Silva (2005) a relação professor- aluno é um aspecto fundamental do processo de inclusão, uma vez que é a partir dessa relação que o respeito, a atenção pedagógica flexível e individualizada vão se efetivar. Essa relação precisa ser dinâmica e dialética de aprender e ensinar que promova o desenvolvimento dessa criança.

No caso das crianças pequenas autistas, a professora ou o professor em particular pode ter um papel muito mais decisivo que a escola. Ocorre muitas vezes que uma professora comprometida com o caso, que cria fortes laços afetivos com a criança, exerce uma influencia enorme em seu desenvolvimento, e é quem “começa a abrir a porta” do mundo fechado do autista, por meio de uma relação intersubjetiva, da qual resultam intuições educativas de grande valor para o desenvolvimento da criança (COOL, MARCHESI e PALACIOS, 2004, p.250).

A escola, representada pelo professor pode assumir um papel importante na vida da criança com deficiência, reconhecendo a importância das interações sociais no processo de construção da pessoa com deficiência, observa-se que isso não pode ser deixado de lado no âmbito educacional. Como afirma Vygotsky (1998) tomando como base o pressuposto de que a relação com o outro constitui o sujeito e potencializa o seu desenvolvimento, num processo de significação da sua presença no mundo. Sendo assim é importante possibilitar a criança com deficiência a oportunidade de conviver com outras crianças, permitindo assim, os estímulos de suas capacidades interativas e impedindo seu isolamento sucessivo. A gestão escolar, secretaria da Educação compete programar ações que garantam a formação dos professores e das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas

unidades de ensino. Ela pode se dar por meio de palestras informativas, e formações em nível de aperfeiçoamento e especialização para os professores que atuam ou atuarão no AEE. Essas metodologias e ações produzem assuntos para estudo e pesquisa que colaboram para a formação continuada dos educadores, trazendo novas formas de produção e organização do conhecimento e colocam o aprendiz no centro do processo educativo, dando-lhe autonomia e responsabilidade pela sua aprendizagem por meio da identificação e análise dos problemas e da capacidade para formular questões e buscar informações para responder a estas questões, ampliando conhecimentos

Art. 1º. Para a implementação do Decreto no 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CNB/CNE, 2009).

É indispensável o reconhecimento das necessidades individuais dos alunos, a ampliação da implantação de recursos e rede de apoios pelo Método de Ensino, a flexibilização/adaptação curricular, a formação continuada dos profissionais da educação.

Para Carvalho (2006, p.17) “a educação inclusiva para ser de boa qualidade para todos precisa remover as barreiras nela existentes. Muitas são essas barreiras, como as arquitetônicas, psicossociais, atitudinais, falta de experiência e preparação dos professores entre outras”.

Com o propósito de ampliar até então, maior parte o repertório comunicativo que envolve habilidades de relevância e flexibilidade, são organizados e construídos auxílios externos: Materiais: investir em diferentes tipos de materiais e recursos, a cerca de lápis, caneta, computador, lousa, papéis diferentes e texturas. Variedades de atuação linguístico-cognitiva: escutar,

reconhecer, registrar, ditar, copiar, gravar; Gênero oral: apresentação clássica, teatro, musical, jogral e redigido cartaz, colagens, a participação nos projetos que envolvam a Contação de histórias, gincanas, teatros, jogos, músicas danças, filmes (CARVALHO, 2006).

3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Atendimento Educacional Especializado (AEE) precisa fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola, realizando uma articulação com as políticas públicas. A oferta deste atendimento deve ser institucionalizada, prevendo em sua organização a implantação de recursos funcionais, professores capacitados para o exercício da prática docente no AEE, o mesmo deve funcionar de preferência no espaço da própria escola, onde este atendimento é realizado na sala de recursos multifuncionais em horário diferente do qual o educando frequenta o ensino regular.

O professor do AEE pode contribuir com o professor da sala regular na elaboração das estratégias e recursos da ação educativa no cotidiano escolar e na organização da rotina de acordo com as peculiaridades de cada aluno e de cada escola. A sala de AEE precisa dispor de equipamentos e recursos pedagógicos específicos. Sendo assim, é preciso uma ação conjunta que envolva os docentes da educação especial e do ensino regular, no qual o professor especializado necessita participar de todo o processo de ensino e aprendizagem. Tem-se que:

O professor especializado deve participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e participando de todo o planejamento em fases de elaboração, execução e avaliação. O professor deve, assim, ser parte integrante da equipe escolar. Ele precisa ter, sempre, a oportunidade de socializar o seu saber específico junto aos outros profissionais da equipe contribuindo para a melhoria na qualidade do ensino (GOFFEDRO, 1999, p.47).

Para que a ação aconteça com êxito, faz-se necessário a articulação entre a educação especial e o ensino comum, sendo esta a função primordial do AEE, considerando a elaboração e disponibilização e a avaliação de estratégias pedagógicas e recursos de acessibilidade para promover a efetivação do direito de todos à educação. Assim para que o trabalho com alunos especiais seja o mais eficaz e não ficando apenas na reponsabilidade do professor da sala comum é imprescindível que o planejamento seja realizado em conjunto entre o professor do AEE e o da sala regular.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INCLUSIVO E SALAS MULTIFUNCIONAIS

Para que o aprendizado do aluno com deficiência seja completo e significativo é importante possibilitar a aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização pode oferecer. A proposta do Projeto Político Pedagógico define as ações norteadoras e as relações entre escola comunidade, família e as intenções de toda a equipe escolar, orientando e garantindo a todas as crianças e jovens o acesso a aprendizagem.

É função do educador, observar como os alunos se relacionam com os seus colegas, com os adultos e verificar a qualidade da experiência comunicativa nas diversas situações de aprendizagem. Em vários documentos oficiais existem recomendações quanto ao conteúdo curricular a ser trabalhado na classe. Para tanto, uma variável muito importante na metodologia é sua adequação aos diferentes estilos de aprendizagem dos alunos e em particular dos alunos com algum tipo de deficiência, para propiciar a aquisição de estratégias de aprendizagem.

Conforme Martín (2003, p. 291), sempre que possível, o professor deve tentar integrar os seguintes pontos ao estilo particular de cada aluno:

a) Formas de codificar e decodificar a informação (dimensão cognitiva);
b) Motivações, interesses, responsabilidades, senso de risco, atenção, interação com os outros membros da comunidade educacional. (dimensão afetiva);
c) Campo de percepção sensorial (dimensão física) e as reações entre os distintos estímulos exteriores. O autor acima ressalta ainda que as atividades a serem desenvolvidas com os alunos representam um elemento curricular característico da qualidade de aprendizagem do aluno e da maneira como professor ensina e que devem ser estruturadas observando os seguintes critérios: a) Que sejam coerentes com as exigências da organização do conteúdo; b) Que correspondam ao nível de assimilação e estruturação das informações do aluno; c) Que se adaptem aos canais de recepção de informações preferenciais: auditivas, visual, tátil. d) Que sejam adequadas ao seu estilo de aprendizagem; e) Que estejam ligadas às expectativas, interesse e motivações do aluno; f) Que promovam novos processos do conhecimento. (p.291).

Para Libâneo (1994, p. 84):

O professor propõe objetivos, conteúdos, tendo em conta as características dos alunos e da sua prática de vida. Os alunos por sua vez, dispõem em seu organismo fisiopsicológico de meios internos de assimilação ativa [...]:

percepção, motivação, compreensão, memória, atenção, atitudes e conhecimentos disponíveis.

Estabelecendo uma relação com os postulados de Vygotsky sobre o ensino e aprendizagem, destacamos a importância que representa a atividade conjunta, a relação de cooperação entre alunos e entre estes e o professor. A falta de conhecimento, de estímulos, de condições e de recursos adequados pode reforçar o comportamento passivo, inibir o interesse e a motivação. A escassez de informação restringe o conhecimento em relação ao ambiente.

É preciso reconhecer que cada um aprende de uma forma e em um ritmo próprio. Respeitar a diversidade significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adaptações necessárias, o que não significa dar atividades mais fáceis a quem tem deficiência.

3 AS TAREFAS FLEXIBILIZAS

A participação dos aprendizes especiais em sala de aula é inquestionável. As tarefas flexibilizadas, não é considerado aqui como abordagem focalizada da prática docente, sendo promissor do processo ensino aprendizagem. Enfim, pode-se afirmar que a flexibilização, vai propiciar contextos favoráveis para que a aprendizagem aconteça. Se a escola é para todos, devemos, de pensar na perspectiva da igualdade, não na homogeneidade. Dessa forma se realiza uma avaliação distinta conforme a capacidade de cada criança. Até mesmo educadores que alegam apoiar a inclusão admite exclusão, por não terem o preparo necessário. A pergunta que o educador necessita fazer a si mesmo no momento de analisar um aluno com deficiência é: quão ótima essa criança consegue ser com as características que ela tem? A conferência deve ser feita com base na análise atenta e do estudante com ele mesmo, acompanhar seus avanços, não com os demais alunos da turma. (SCAPATICIO, SALLA, 2014) A Declaração de Salamanca aponta que a educação para todos significa para todos e não para uma única parcela da população. Na inclusão, todos têm direito à educação, completa, inteira e integral. E não se questiona só de possibilidades. A Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, sancionada no Brasil, em 2008, assegura a participação satisfatória sem discriminação e com base na conformidade de oportunidades, para o global desenvolvimento das habilidades do educando. Qual é a oposição através de flexibilização e adequação curricular? No espaço de tempo, acreditava-se que era viável padronizar estratégias terapêuticas e pedagógicas com base em um equivalente quadro diagnóstico. Até então, que apresentem pareceres diagnósticos absolutamente da mesma maneira

que, dois indivíduos podem reagir às mesmas intervenções de maneiras (habilmente) diferentes. Vygotsky (1984) enfatiza que:

[...] a condição humana não é dada pela natureza, mas construída ao longo de um processo histórico-cultural, pautado nas interações sociais realizadas entre o homem e o meio. Ou seja, o preparo do professor no contexto da educação inclusiva é o resultado da vivência e da interação cotidiana com cada um dos educandos, com e sem deficiência, a partir de uma prática pedagógica dinâmica que reconhece e valoriza as diferenças. Não há especialização capaz de antever o que somente no dia a dia poderá ser revelado (VYGOTSKY, 1984).

De acordo com Pinto (1999), o procedimento pedagógico junto aos portadores de necessidades educacionais especiais deve com base do “especial” em direção ao “comum”; do universal para o necessário. Os professores da pedagogia coletiva “se fazem especializados” ao dominar o “característico” fundamental para que o compartilhado aconteça na multiplicidade da rotina da escola em direção a todos, diz Pinto (destaques do autor)

O professor deverá se munir de uma habilidade especial, que traga algo aproximadamente mágico, para o universo do estudante com necessidades especiais. E a aquisição dessas habilidades é fruto de um exercício consistente, atualizado e reflexível. Nesses casos, não há como esperar por cursos específicos, que preparem o professor para receber o aluno laudado em determinada síndrome. Nessa razão lógica específica, o que pode ser feito é incluir o professor na formação inicial e continuada, prevalecendo uma ação pedagógica em qualquer um desses espaços.

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos (MITTLER, 2000).

O professor na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com as singularidades e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas. O padrão da inclusão nas tarefas flexibilizadas, vem da circunstância de exigir uma transformação de paradigma educacional, em que já nos referimos anteriormente. As Tarefas Flexibilizadas no ambiente escolar pretendem sondar as aptidões, habilidades no sentido de propor adaptações curriculares e práticas pedagógicas diferenciadas, tanto nas áreas de maior potencialidade quanto nas deficitárias. O objetivo principal é fazer a adequação, superar as dificuldades e valorizar os conhecimentos e as experiências e capacidades que o aluno possui.

De acordo com o MEC, podemos definir adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar à ação educativa escolar as maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino- aprendizagem pressupõe atender a diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC, 2003).

Dar liberdade ao professor para flexibilizar o currículo de acordo com as necessidades do seu aluno. Além de tudo, adaptar o instrumento, é elementar que a escola torne-se um lugar especial em direção a todos, que as diferenças possam encontrar-se valorizadas e reconhecidas, os Direitos do Aluno com Deficiência ou com Necessidades Educacionais Especiais. Desta maneira, é preciso ainda que haja preocupação com os objetivos previstos e os serviços de apoio para que sejam implantados em todas as escolas inclusivas, tanto nas redes públicas e privadas para que o aluno laudado encontre uma ambiente salutar e primordialmente integrado às práticas inclusivas.

Objetivou e analisou a que ponto as tarefas flexibilizadas estão tornando-se conseqüentemente, propostas com finalidades, para alunos com dificuldades especiais. encontradas e os indicadores de aprendizagem levando em conta o potencial dela, estar munido de um conhecimento, dos instrumentos pedagógicos, e de um pensamento em relação da evolução humana, e de uma consciência crítica, que influenciem a aprendizagem do aluno (ALMEIDA, 2002). Além disso, a reforma na educação brasileira implantada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/1996 (BRASIL, 1996), propõe descentralização, competitividade, produtividade, autonomia, flexibilização e qualidade de ensino. Procura-se executar um composto nacional nos diferentes níveis de ensino, desde a finalidade de capacitar professores, às reformas os cursos de formação de docentes, elaboração de parâmetros e diretrizes curriculares adequados objetivando uma escola eficiente. A escola também pode aperfeiçoar sua ação pedagógica, na tentativa de solucionar o modelo clínico do aluno laudado com mais necessidade de intervenções terapeutas do que pedagógicas suavizando a sua inserção no momento da transição, baseados no ideal de normalização/integração que pressupõe melhoria de qualidade das respostas educativas da escola sem considerar a Educação Especial uma parte separada da Educação. Quem educa, educa a todos, e preciso reconhecer questionar e quebrar preconceitos, estimulando generosidade, acolhimento e respeito e melhor como comprova a experiência de escolas que estão trabalhando ações pedagógicas com aprendizes especiais.

A participação da família no processo direcionado à criança com deficiência, por meio das orientações que lhe são dadas pelos diferentes

profissionais e a postura de acolhimento e escuta dos profissionais em relação aos sentimentos da família precisam ser tratadas como parte integrante de qualquer suporte destinado a crianças com deficiência (BALEOTTI; GREGORUTTI; OMOTE, 2015).

A inadequação, tanto por parte da escola quanto da família, pode interferir não apenas no bom andamento do procedimento de inclusão do aluno com deficiência, mas também em sua autoestima e no reconhecimento de suas competências. Esses aspectos não podem ser subestimados e devem constituir-se em objeto de discussão entre a família e a escola, objetivando sempre o bom desempenho escolar do aluno.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mas, o que é a Flexibilização? Os alunos com deficiência seguem o curriculum dos demais da sala, cabe ao professor elaborar a flexibilização de curriculum, adequando as potencialidades e dificuldades de cada um, selecionando. Sendo que os melhores métodos e estratégias e técnicas de ensino, caberá a coordenação pedagógica fazer os ajustes e modificações adequadas no Projeto Político Pedagógico, como será desenvolvido monitorado e aplicado para os alunos especiais.

A flexibilização de curriculum não se trata de reduzir, mas sim de acrescentá-los, e adequá-los, com pequenos ajustes e procedimentos. Valorizando a cada processo, a diversificação de atividades e estratégias, a promoção do desenvolvimento de capacidades e da autonomia dos alunos, o exercício de transferência de aprendizagens, a integração compreensiva das múltiplas fontes de informação, cabe também no estudo das disciplinas. Não será possível exercer uma ação letiva eficaz sem a enquadrar nas linhas de atuação (GONÇALVES, 1999). Assim,

Esta concepção dinâmica coloca em evidência a adequação curricular como algo que viabiliza a educação inclusiva para assim não se fixar no que de especial possa ter a educação dos alunos, mas flexibilizar a prática educacional para atender a todos e propiciar seu progresso em função de suas possibilidades e diferenças individuais (BRASIL, 1998, p.32).

Para estruturar as flexibilizações na escola inclusiva é preciso que se reflita sobre os possíveis ajustes relativos à organização didática. Qualquer adaptação não poderá constituir um plano paralelo, segregado ou excludente. As flexibilizações e/ou adequações da prática pedagógica deverão estar a serviço de

uma única premissa: diferenciar os meios para igualar os direitos, principalmente o direito à participação, ao convívio (GONÇALVES, 1999).

Sobre a utilização de tarefas flexibilizadas para trabalhar com os alunos com deficiência, foi realizada a pesquisa com aplicação de questionário de entrevista com professores que trabalham como apoio de alunos com deficiência em várias escolas da rede pública de Quirinópolis-GO. As professoras foram escolhidas conforme disponibilidade e aceitação em participar da pesquisa. Foram apresentadas questões relacionadas a importância do trabalho de apoio. Da qual apresenta-se a seguir, as respostas obtidas de onze professoras que trabalham como professora de apoio de alunos com variadas deficiências.

Dentre as questões, apresentadas e as respostas recebidas, destaca-se a pergunta “Você trabalha com Atividades Flexibilizadas? da qual apresenta-se a seguir as respostas obtidas:

R1 – sim. R2 - Trabalho. Procuo avaliar cada aluno, nas suas limitações, usando as atividades flexibilizadas sem desviar do conteúdo ministrado em sala. R3 – NãoR4 – Sim. Todas as atividades são flexibilizadas de acordo com a necessidade de cada aprendiz. R5 – Os professores de apoio fazem tarefas flexibilizadas de acordo com as necessidades de cada aluno. R6 – Sim, trabalhamos todos os dias com a flexibilização, não só em sala de aula, mas nos AEE, e nos projetos que auxiliam muito no desenvolvimento. R7 – Sim, são oferecidas oportunidades para que essa tarefa seja de acordo com a necessidade de cada um. R8 – SimR9 – Sim. Cada educando possui sua individualidade e entendimento dentro de suas limitações. R10 – Sim. Trabalho com orientações para uso de recursos pedagógicos diferenciados e atividades curriculares flexibilizadas. R11 – Sim, atividade flexibilizada ajuda a criança a desenvolver de acordo com suas limitações.

Ao tocar no aspecto das práticas inclusivas é necessário comentar a importância da formação do professor ao trabalhar com as classes inclusivas. Diante disso, constatou-se nas falas das professoras entrevistadas, que o trabalho de apoio aos alunos com deficiência é muito importante, além de ajudar na socialização e contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos alunos com deficiência. As Professoras entrevistadas acreditam que sem uma formação especializada, dificilmente o professor do Ensino Regular poderá trabalhar de forma adequada com alunos de deficiência.

Quanto aos recursos materiais adaptados para as atividades flexibilizadas e a sua utilização, elas acreditam que eles são importantes, pois possibilitam ao educando a compreensão da natureza da atividade dentro de suas

limitações. As atividades flexibilizadas ajudam o aluno fazer assimilações dos conteúdos em sala e no AEE.

Concluído a etapa da entrevista com as professoras, foi possível perceber que elas tentam compreender o processo de inclusão e sabem das necessidades dos seus alunos. Assim, constatou-se o interesse das professoras de fazer adaptações metodológicas das práticas pedagógicas para que os alunos tenham um atendimento de qualidade e melhor aprendizagem.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento das estratégias das atividades flexibilizadas traz a oportunidade de um trabalho diferenciado voltado para crianças com deficiência, pois o sistema educacional deve oferecer a todos uma educação de qualidade, e para que isso ocorra é necessário que todos os envolvidos no ambiente escolar compreendam que a principal característica do ser humano é a pluralidade. Cada aluno deve ser visto como único, pois apresenta suas singularidades e particularidades. Propiciar boas atividades de flexibilidade estimula e garante o aprendizado no contexto o qual o processo de ensino e de aprendizagem está ocorrendo. É necessário ter sensibilidade para flexibilizar a prática pedagógica, quando necessário. Assim, é importante ajustar as flexibilizações nos planos pedagógicos para que possa estruturar e otimizar a organização didática. Qualquer adaptação não deverá constituir-se em um plano paralelo, segregado ou excludente. As flexibilizações e/ou adequações da prática pedagógica deverão estar a serviço de uma única premissa: diferenciar os meios para igualar os direitos, principalmente o direito à participação e ao convívio. Além disso, para que seja colocado em ação o projeto inclusivo, há a necessidade de uma atitude e disponibilidade do professor para que ele possa desenvolver um ambiente acolhedor na classe. Porém, o sucesso da Inclusão na sala de aula, não atribui a responsabilidade exclusivamente ao professor. O professor não pode estar sozinho, ele deverá ter apoio na escola e fora dela, viabilizando assim, o processo inclusivo.

Neste sentido, para que a inclusão escolar aconteça de forma efetiva, é preciso que o professor e a escola estejam aptos a desenvolver tais estratégias, a fim de aprimorar o desenvolvimento de cada aluno na inclusão. A flexibilidade deve contemplar a valorização da diversidade e a construção de uma nova visão de educação e da flexibilidade das práticas pedagógicas. Deve-se reconhecer a necessidade educativa de cada aluno para a melhoria de seu desenvolvimento. Conhecer e respeitar a necessidade de cada um, não significa que todos são iguais,

mas sim aceitar a singularidade de cada indivíduo. Desse modo, o estudo foi de grande significância, pois vivenciou uma experiência bem-sucedida de uma escola inclusiva, mesmo que ainda haja muitas barreiras a serem superadas. Ademais, constatou-se que não é tarefa fácil fazer a inclusão de alunos deficientes, tampouco impossível. Todavia, é preciso assumir a responsabilidade de dar continuidade ao processo de inclusão.

Este trabalho é uma etapa desta trajetória de apoio aos professores e gestores que trabalham na educação de estudantes com deficiência nas escolas, visando relatar o acompanhamento do trabalho do professor que se dedica a oferecer boas condições de aprendizagem para alunos deficientes através das tarefas flexibilizadas.

Contudo, acredita-se nas possibilidades aqui apresentadas como meio de dinamizar a prática e de promover uma educação que possibilite às pessoas deficientes, ter a oportunidade de avançarem no desenvolvimento de suas capacidades, com vista ao exercício de uma cidadania plena através de uma educação adequada e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina. Manual Informativo sobre Inclusão. Informativo para Educadores, 2002. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar/>. Acesso em 10 maio 2019.

BALEOTTI, L.R.; GREGORUTTI, C.C.; OMOTE, S. Oficina de atividades: espaço de atenção aos familiares de crianças com deficiência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.20, n.1, p.3-12, 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, v.134, nº248, 22 de dez. de 1996.

_____. Referenciais para a Formação de Professores. Brasília: SEF, 1999.

_____. Diretrizes Operacionais da educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Decreto nº 6.571/2008. Brasília. MEC/SEE. 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva. Brasília, MEC/ SEESP, 2008.

_____. MEC/SEF/SEESP. Resolução CNE/CEB Nº 2. Institui os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. - Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e Parecer CNE/CEB nº 13/2009.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2006.

COOL, C; MARCHESI, A; PALACIOS, J. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GOFFREDO, Vera Lúcia FlôrSénéchal de. Como formar professores para uma escola inclusiva. Em Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais/ Secretaria de Educação: Ministério da Educação. Brasília, SEED, 1999. GONÇALVES, Fernanda. M. Flexibilizar uma nova palavra de ordem Julho, 1999. Disponível em: http://www.ipv.pt/millennium/16_spec1.htm. Acesso em 10 maio 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.; Metodologia Científica. - 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTIN, M. B.; BUENO, S. T Deficiência Visual: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003.

MEDEIROS, J. B. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MITTLER, P. Working towards inclusion education: social contexts. London, David Fulton Publishers Ltd., 2000.

PINTO, M. D. Sociedade e educação inclusiva: desafios do final do século. In: Mensagem da APAE, jan/mar de 1999.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em 10 maio 2019.

SILVA, M. R. Análise bibliométrica da produção científica docente do programa de pós-graduação em educação especial da UFSCAR: 1998- 2003: Mestrado em Educação especial. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós Graduação em Educação Especial, 2005.

SCAPATICIO, Marcia; SALLA, Fernanda. Avaliação flexibilizada. Como adaptar a forma de análise para mensurar o aprendizado do aluno com deficiência de Agosto de 2014. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1409/avaliacao-flexibilizada>. Acesso em: 19 maio 2019.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 5. ed. Belém: UNAMA, 2001.

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.